

O SEGUNDO CÍRCULO



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES – IARA BELELI

MARCO AURÉLIO CREMASCO – MARIA TEREZA DUARTE PAES

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

ANDRÉ SINGER
BERNARDO RICUPERO
CICERO ARAUJO
FERNANDO RUGITSKY
(ORG.)

O segundo círculo

Centro e periferia
em tempos de guerra

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
BIBLIOTECÁRIA: MARIA LÚCIA NERY DUTRA DE CASTRO – CRB-8ª / 1724

SE39 O segundo círculo: centro e periferia em tempos de guerra / organização :
André Singer...[et al.] – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2024.

1. Democracia. 2. Capitalismo. 3. Guerra. 4. Brasil – Condições sociais.
5. América Latina – Condições sociais. I. Singer, André.

CDD – 321.8
– 330.122
– 355.02
– 309.181
– 309.18

ISBN 978-85-268-1656-5

Copyright © André Singer
Bernardo Ricupero
Cicero Araujo
Fernando Rugitsky

Copyright © 2024 by Editora da Unicamp

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade dos autores e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SÉRIE

DISCUTINDO O BRASIL E O MUNDO

Esta Série pretende alinhar, por meio de um conjunto de obras nacionais e traduzidas, discussões recentes em torno da crise da democracia no Brasil e dos impactos da ascensão do fascismo no mundo, cujo centenário se rememorou em 2022. As obras versam sobre o avanço da direita autoritária, a crise do neoliberalismo e os rumos do capitalismo na era digital, o conflito na Ucrânia e o embaralhamento da política internacional.

Produtos de reflexões e pesquisas rigorosas e abrangentes, os títulos reunidos procuram, por meio de uma linguagem acessível, contribuir com a revitalização do debate em torno de temas de grande interesse contemporâneo e de alternativas que se colocam no âmbito das políticas públicas, sociais e educacionais.

Com a Série *Discutindo o Brasil e o Mundo*, a Editora da Unicamp reafirma seu compromisso com a dinamização da agenda científica, política e cultural do século XXI, cujos desafios passam pelo aumento da circulação do conhecimento e da informação qualificada, contribuindo, assim, com o debate sobre os rumos do Brasil e do mundo a partir da análise de situações políticas e socioculturais concretas.

*E descemos ao Círculo segundo,
Que área menor que o outro compreendia;
Maior, porém, na dor que punge fundo.*

Dante Alighieri, *A divina comédia*, Canto V.

SUMÁRIO

Índice de gráficos e tabela.....	11
Introdução: Margens estreitas no inferno global	13
<i>André Singer, Bernardo Ricupero, Cicero Araujo e Fernando Rugitsky</i>	

PARTE 1 – TEMPOS DE GUERRA

Capítulo 1: A evolução do interregno: novo americanismo e bipolarização do mundo.....	33
<i>André Singer e Hugo Fanton</i>	
Capítulo 2: Plano Biden: peças de um mosaico	57
<i>Hugo Fanton</i>	
Capítulo 3: A <i>Bidenomics</i> no contexto mundial	93
<i>Carlos Raul Etulain e Jorge López Arévalo</i>	
Capítulo 4: Formas de precarização do trabalho na China	129
<i>Isabela Nogueira e Iderley Colombini</i>	
Capítulo 5: O (re)nascimento da ordem bipolar: entrevista com Wolfgang Streeck.....	163
<i>André Singer e Hugo Fanton</i>	
Capítulo 6: Democracia, (des)ordem internacional e a política exterior dos Estados Unidos	175
<i>Sebastião C. Velasco e Cruz</i>	

PARTE 2 – PERSPECTIVAS LATINO-AMERICANAS

Capítulo 7: Desafios da industrialização na América do Sul	209
<i>Carlos Aguiar de Medeiros e Esther Majerowicz</i>	
Capítulo 8: Limites do extrativismo	235
<i>Fernando Rugitsky e Pedro Mendes Loureiro</i>	
Capítulo 9: Assetização de direitos e corrosão do modelo social de 1988 no Brasil	271
<i>Lena Lavinas e Guilherme Leite Gonçalves</i>	
Capítulo 10: Entre Brasília e Washington: notas sobre um mimetismo recente	305
<i>André Singer, Cicero Araujo e Leonardo Belinelli</i>	

PARTE 3 – PENSAMENTO CRÍTICO

Capítulo 11: Da revolução burguesa à modernização conservadora: o debate sobre 1964	337
<i>Bernardo Ricupero</i>	
Capítulo 12: O estilo de interpretação histórico-estrutural	365
<i>Alexandre de Freitas Barbosa</i>	
Capítulo 13: A dependência 4.0.....	397
<i>Leda Maria Paulani</i>	
Capítulo 14: Depois da hegemonia neoliberal: uma leitura de Francisco de Oliveira	427
<i>Camila Goes</i>	
Sobre as autoras e os autores.....	457

ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELA

GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Gasto total em construção: indústria nos Estados Unidos

Gráfico 2.2 – Taxa de participação da força de trabalho (setor civil)

Gráfico 2.3 – Taxa de desemprego (setor civil)

Gráfico 2.4 – Mudança do salário real entre dezembro de 2019 e dezembro de 2023

Gráfico 2.5 – Aprovação dos estadunidenses aos sindicatos de trabalhadores

Gráfico 3.1 – Saldo da balança comercial dos Estados Unidos, com seus principais sócios comerciais e com o Brasil, durante o governo de Trump, 2017-2020 (em milhões de dólares)

Gráfico 3.2 – Taxa de crescimento da economia dos Estados Unidos, 2017-2020, no governo de Trump (porcentagem calculada em dólares de 2015)

Gráfico 3.3 – Taxa de crescimento da economia dos Estados Unidos por trimestre, 2017-2020, durante o governo de Trump (porcentagens calculadas em dólares de 2017)

Gráfico 3.4 – Déficit comercial dos Estados Unidos com o mundo durante o governo de Trump em milhões de dólares, 2017-2020

Gráfico 3.5 – Governo dos Estados Unidos: renda e gastos correntes (em bilhões de dólares)

Gráfico 3.6 – Taxa de crescimento da economia dos Estados Unidos por trimestre, 1º trimestre de 2020 ao 1º trimestre de 2024, no governo de Biden (porcentagem calculada em dólares de 2017)

Gráfico 3.7 – Coeficiente de abertura da economia dos Estados Unidos, 2017-2022 (em percentagem)

Gráfico 4.1 – Emprego urbano na China por setor (milhões de pessoas, entre 2004-2019)

Gráfico 4.2 – Emprego urbano formal e informal na China (milhões de pessoas, entre 2004 e 2019)

Gráfico 4.3 – Emprego informal na China por setor (milhões de pessoas, entre 2004 e 2019)

Gráfico 4.4 – Taxas de crescimento anual do salário médio real e do PIB (em percentagem, entre 2010 e 2021)

Gráfico 8.1 – Crescimento e desigualdade (2003-2019)

Gráfico 8.2 – Desigualdade e pobreza (1990-2021)

Gráfico 8.3 – Exportações e importações (2000-2022)

Gráfico 8.4 – Transações correntes (1990-2022)

Gráfico 8.5 – Transações correntes e termos de troca (2003-2019)

Gráfico 8.6 – Reservas cambiais (2000-2022)

Gráfico 8.7 – Apoio e satisfação com a democracia, 2000-2010 e 2010-2020

Gráfico 13.1 – Despesas com balança de rendas exceto ordenados \times PIB – índice 1980 = 100

TABELA

Tabela 3.1 – Componentes do gasto da segunda iniciativa do presidente Biden

INTRODUÇÃO

MARGENS ESTREITAS NO INFERNO GLOBAL

André Singer, Bernardo Ricupero, Cicero Araujo e Fernando Rugitsky

O inferno dantesco possui a forma de um cone invertido, cujos nove andares descendentes vão, a cada passo, ficando menores e mais aterradores. A imagem vem a calhar. O *crash* financeiro de 2008 abriu os portões demoníacos, e, sobretudo depois da eleição de Donald Trump em 2016, vagamos pelo limbo, caracterizado pelo descarrilamento do capitalismo e da democracia.¹ Nos últimos anos, o interregno ingressou em nova fase, descendo um pavimento. Nele, a deriva reinante parece ter-se aprofundado, como efeito da bipartição global que se estrutura em torno do conflito entre Estados Unidos e China. Tal como Dante quando adentra o segundo círculo, pensamos que a presente polarização aumenta os flagelos e, em linguagem contemporânea, diminui as chances de saída pacífica. A hipótese será exposta a seguir, de forma a oferecer um pano de fundo para as diversas análises elaboradas nos capítulos desta coletânea.

A polaridade foi explicitada pelo G-7 em maio de 2023 na simbólica cidade de Hiroshima. Quando o conclave entre EUA, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e Japão decidiu reduzir a “excessiva dependência’ da China em cadeias de fornecimento críticas”,² a dura reação de Pequim deixou claro o significado da decisão ocidental (considerando-se o Japão como braço asiático do Ocidente). O governo Xi Jinping denunciou a intenção de isolar e enfraquecer o seu país, chamou o embaixador em Tóquio e banuiu das fronteiras chinesas a Micron, única empresa norte-americana a fabricar *chips* do tipo Dram (Dynamic Random-Access Memory).³ Segundo Nouriel Roubini, relações que estavam frias tornaram-se glaciais.⁴

Se 2008 causava a fenda que levava Pequim a lentamente se afastar de Washington,⁵ a cúpula de Hiroshima atestava a disputa como hegemônica.

Significativamente, três meses após o encontro do G-7, por iniciativa da China, eram incluídos quatro membros no grupo dos Brics (Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes Unidos), o antigo Império do Meio candidatando-se a liderar o Sul Global.⁶ A Casa Branca unificava os ricos, e Xi retrucava pretendendo vocalizar os pobres. Para nós, que habitamos a periferia, a divisão mundial ficava clara, implicando uma reorganização das condições em que transcorre o interregno.

Em primeiro lugar, com o retorno das trincheiras internacionais, a política encarnada no que tem de pior – a contagem da capacidade bélica em cada trincheira – retoma o comando. O avanço das forças destrutivas dá o tom da dança. Basta ver o rearmamento da Alemanha e do Japão, uma clara mudança no padrão que prevaleceu desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Entrevistado para este livro em junho de 2023, o sociólogo Wolfgang Streeck ressaltou que “40% dos gastos militares globais são feitos nos Estados Unidos”, e lá “existem essas enormes burocracias militares, com pessoas pensando, livremente, sobre como usá-los”.⁷ No outro polo, o regime chinês promove desde 2012 um endurecimento repressivo, com evidente teor de ordem unida contra o inimigo externo.⁸

Em segundo lugar, alguma coisa, ainda nebulosa, que remete aos tempos da Guerra Fria voltou a crispar o ambiente. Olhando em retrospectiva, vale lembrar que, quando a nação da Grande Muralha decidiu, no início da década de 1960, sair da sombra soviética e assumir o papel de “farol” do socialismo realmente existente, já refletia o impulso incontível, que a própria revolução de 1949 ensinou, de um dos Estados Nacionais mais populosos do planeta destacar-se no cenário geopolítico.⁹ Meio século depois, a China talvez tenha substituído a Rússia no ringue em que decidirá contra os EUA quem vai comandar a saída, quando houver, do interregno.

Pode-se argumentar que o modo de produção chinês é também capitalista, o que retira o conteúdo ideológico do conflito. No entanto, não é o que propagandeia a República Popular, que se define como “economia de mercado socialista” e, contraditoriamente, usa da centralização e da planificação estatal para tirar proveito da ordem neoliberal, contrapondo o seu modelo híbrido ao que prevalece no Ocidente. O Tio Sam, em contrapartida, gosta de se apresentar como defensor da democracia contra tiranos que usam punho de ferro para sufocar as liberdades dos povos.

A cobertura ideológica, portanto, serve aos dois contendores, com a espiral armamentista unificando os povos em torno dos respectivos governantes. Na prática, representa uma solução para os impasses criados pelos conflitos internos e pelas contradições econômicas. Tanto nos EUA como na China, os tambores da guerra encobrem o sofrimento das classes subalternas. Assim, o retorno da política, que poderia ser considerado auspicioso, ao assumir a forma de acirramento geopolítico, estreita as alternativas disponíveis. Em particular, a opção efetivamente democrática, ângulo privilegiado pelas autoras e pelos autores reunidos(as) nesta coletânea, vê-se apertada entre condicionantes que empurram cada país ou bloco de países para a *ordem unida*.

A militarização das relações internacionais começa a ter efeitos perniciosos sobre as liberdades domésticas. Além da restrição dos direitos políticos e da repressão na Alemanha e nos Estados Unidos, para dar dois exemplos notáveis, a escalada israelo-palestina, somada aos vigorosos protestos estudantis em território norte-americano, divide as bases do Partido Democrata nos Estados Unidos e poderá custar-lhe a continuidade na Casa Branca.¹⁰ Uma eventual vitória de Trump em novembro dará novo impulso à extrema-direita, reforçando a onda de autocratização planetária notada pelo projeto “Variedades da Democracia” (“Varieties of Democracy” – V-Dem).¹¹

Os elos entre regressão autoritária e bipolarização são, todavia, mais complexos. Se o afastamento entre EUA e China veio à tona em 2008, a rivalidade ampliou-se com a hostilidade comercial e tecnológica a partir de Trump. É que a crise do capitalismo e da democracia, em curso no Ocidente desde a eclosão financeira, abriu espaço para a ascensão da extrema-direita, que aposta seu futuro no “choque de civilizações”. O duplo descarrilamento desembocou, assim, na bipartição do mundo que, por sua vez, requalifica o interregno.

O avanço da extrema-direita, vale lembrar, foi o resultado de um terremoto cujo epicentro está nos países ricos. A partir da crise financeira, emergiu um descontentamento que se espalhou até a periferia, gerando, com o auxílio da mobilização digital, uma onda de protestos no início da década de 2010: a Primavera Árabe, o Movimento dos Indignados na Espanha, o “Occupy Wall Street” nos Estados Unidos, os protestos do Parque Gezi na Turquia etc. Em poucos anos, a pressão de baixo forçou a renovação da esquerda. Do Syriza a Bernie Sanders, passando pelo Podemos, por Jean-Luc Mélenchon e por Jeremy Corbyn, todos ascenderam de posições até ali marginais.¹² Significativamente,

no mesmo ano em que Donald Trump foi eleito presidente, o único senador que se autodeclarava socialista nos EUA – e que permanecera isolado durante seus mais de dez anos na Câmara Alta – desafiou quase com sucesso, nas primárias do Partido Democrata, a secretária de Estado Hilary Clinton, convertida, ao longo dos anos, numa espécie de símbolo do agora chamado “neoliberalismo progressista”.

Mas veio o balde de água fria. Incapaz de construir blocos eleitorais sólidos ou de superar obstáculos interpostos pelas elites, o sopro de ar fresco da esquerda não logrou implementar uma direção alternativa. As esperanças mobilizadas por Tsipras, Iglesias e Corbyn parecem, vistas de hoje, ter sido pouco mais que miragem. Por motivos diversos, não conseguiram reunir força suficiente para viabilizar uma saída para a crise democrática. Ao fim e ao cabo, o único caso desviante é fornecido pela nação mais poderosa do planeta, os Estados Unidos, onde um mandatário de centro adotou medidas oriundas da esquerda do Partido Democrata, resultando em um modelo novo, que será analisado adiante.

Na sequência do fracasso da esquerda, o outro polo do espectro ideológico foi ocupado pela extrema-direita.¹³ Em alguns casos, velhos partidos de centro-direita foram reduzidos à irrelevância e abriram espaço para novas agremiações, com discursos e práticas ao mesmo tempo autoritários e voltados contra o *establishment*. Em outros, agremiações conservadoras tradicionais realizaram notável guinada, arrastando consigo os termos do debate público. Não está claro, a esta altura, se há um conjunto coerente de políticas de extrema-direita e, por trás delas, forças sociais capazes de sustentá-lo.

Seja como for, o desequilíbrio da renovação, com o pêndulo enviesado para a direita e os experimentos à esquerda mostrando-se fugazes, pode ser interpretado estruturalmente. A reconfiguração do capitalismo com o deslocamento de parte expressiva da produção de mercadorias para a Ásia, desde os anos 1980, fragmentou as classes trabalhadoras do centro desenvolvido e enfraqueceu as suas organizações. No vácuo que se seguiu, com empregos industriais e densidade sindical cadentes, criaram-se oportunidades para produzir cizânia entre as camadas populares. Abria-se, assim, uma avenida para que o sofrimento social fosse canalizado contra falsos adversários.¹⁴ Na Europa, especialmente, o processo foi ao paroxismo quando a Primavera Árabe se converteu em guerras civis que levaram ao chão as estruturas estatais

implicadas, resultando numa tragédia humanitária e migratória. Ao chegar na outra margem do Mediterrâneo, destampou uma histeria xenofóbica, bem ao gosto da extrema-direita em ascensão.

Se o deslocamento conservador ocidental criava as condições para a bipolarização, a China não assistia a tudo passivamente. Segundo Margareth Pearson e coautores, o governo chinês, por volta de 2013, começou a aumentar a intervenção do Estado-partido na governança das empresas, sobretudo das de tecnologia, estabelecendo linhas vermelhas que os atores econômicos não poderiam cruzar.¹⁵ Como se sabe, tecnologia e armamento andam juntos, e os Estados Unidos entenderam a mudança como ameaça securitária, começando a tomar medidas que contribuíram para pôr fim à globalização. Nos bastidores da atual batalha dos *chips* entre Biden e Xi estão os respectivos aparatos militares nacionais, sabendo-se que a potência de cada força armada passa hoje por semicondutores.¹⁶ Em suma, a corrida armamentista, cujo fim definitivo se esperava com a dissolução da União Soviética, foi reiniciada.

No Ocidente, o acirramento da disputa geopolítica e a escalada militar alimentam o sectarismo nacionalista, contribuindo para soldar a unidade interna defensiva. Na terra da Cidade Proibida, o endurecimento de Xi Jinping tirou do horizonte próximo qualquer chance de democratização. Em toda parte, a mobilização pacifista defronta-se com repressão estatal desinibida, além da dificuldade de cativar apoio popular expressivo. Por fim, convém não menosprezar os efeitos que essa reviravolta causa sobre os conflitos internos na periferia em geral.

Durante as primeiras décadas da velha Guerra Fria, abriu-se espaço para concessões, por parte das grandes potências, ao então Terceiro Mundo. Mas os latino-americanos sabem que alternativas que puseram em xeque os privilégios dos capitais do Norte foram violentamente contidas, muitas vezes por golpes militares. Na região, a guerra fria assumiu predominantemente a forma de guerra suja. Em uma etapa de bipolarização militarizada, seria de espantar se a intransigência dos programas de ajuste do Fundo Monetário Internacional viesse a ser combinada com retrocesso autoritário?

Mesmo na ausência de bloqueios de fora, os desafios para as economias latino-americanas atenuarem a condição de dependência são enormes. Vinte anos atrás, no auge dos movimentos críticos à globalização, as condições materiais para blindar as nações da ciranda financeira global talvez fossem

maiores. Hoje, no entanto, com a produção de mercadorias fragmentada entre inúmeros países e as classes trabalhadoras enredadas nos circuitos globais de consumo e dívida, abrir uma trilha paralela de desenvolvimento, à margem dos fluxos financeiros e comerciais predominantes, parece mais difícil. Mesmo que a globalização neoliberal esteja chegando ao fim, ela deixou como legado o aprofundamento da dependência latino-americana – tanto no que se refere à vulnerabilidade externa e tecnológica quanto ao estreitamento do vínculo das classes capitalistas domésticas com os interesses hegemônicos no centro do sistema.

Fica aqui, no entanto, o registro de uma situação ambígua. Por mais estreita que seja a possibilidade, há que não descartar o encontro de saídas favoráveis à periferia. O acirramento do conflito geopolítico deve intensificar a disputa por zonas de influência, o que pode abrir à América Latina brechas para renegociar os termos de inserção no circuito mundial produtor de mercadorias. Para o Brasil, em vista da posição destacada como potência regional e do pragmatismo de sua política externa, pode surgir margem de manobra, no sentido de costurar alianças tópicas – sem ferir o compromisso com a democracia, a paz e o multilateralismo – que ofereçam novos horizontes econômicos.

TEMPOS DE GUERRA

Os cientistas políticos (e um sociólogo) e os economistas aqui reunidos iniciaram seu trabalho quando os russos atravessaram a fronteira ucraniana, em fevereiro de 2022, e o terminaram sob o horror da catástrofe humanitária causada pelo Estado de Israel em Gaza. Debateram e escreveram a respeito dos temas a seguir sob a nítida percepção de que algo se contraía no espaço mundial. Pela primeira vez, desde a configuração que emergiu da queda do Muro de Berlim, uma potência decadente – mas ainda detentora do segundo maior arsenal nuclear do planeta – realizou um desafio aberto, insofismável, ao *establishment*, através do recurso extremo da força armada contra um país europeu. A audácia de Moscou, sustentada de certa maneira por Pequim, não pode ser desvinculada da bipolarização.

A gravidade da espiral bélica nos obriga a uma breve reflexão a respeito. Detenhamo-nos, primeiramente, na situação da ex-União Soviética. Vencido

na Guerra Fria, o antigo *superpower* viu a população diminuir, com o território reduzido em cerca de 25%. Perdera o controle sobre os antigos “satélites” do Leste Europeu e, em vista da intervenção da Otan no final dos anos 1990, a influência sobre os Bálcãs. No plano interno, a economia havia piorado nos anos imediatamente posteriores à dissolução da União Soviética, graças à terapia de choque recomendada por economistas ultraliberais, com o PIB caindo à metade e efeitos óbvios no padrão de vida da população. A derrocada econômica somava-se a uma profunda ferida do orgulho nacional, tocando as cordas daquilo que Lênin chamava de “chauvinismo grão-russo”.

A história, porém, não chegara ao fim. Na aurora dos anos 2000, Boris Yeltsin terminava melancolicamente o mandato presidencial, com a fama de preferir os confortos da garrafa ao exercício do poder, tendo como sucessor um ex-agente da KGB, antes seu principal ministro e, como o planeta aos poucos iria descobrir, com vício bem diverso. Hábil na costura de acordos entre os novos magnatas da economia e das Forças Armadas, Putin iniciava a ascensão a chefe incontestado do Estado russo. Segurando as alavancas do Poder Executivo com mão de ferro, a brutalidade com que reprimia os opositores – prisões arbitrárias, assassinatos, envenenamentos, “acidentes” fatais etc. – logo se refletiu na política externa. Prova-o o invariável tratamento *manu militari* dado aos países do Cáucaso. É certo, por outro lado, que o desmedido avanço da Otan sobre o Leste Europeu nos últimos anos só fez atizar o antigo desejo russo, por ele encarnado, de restabelecer a autoridade perdida naquela região. Daí para a guerra aberta contra o Ocidente, via Ucrânia, faltava apenas a aliança com a China, formalizada no início de 2022.

Essa guerra europeia logo dividiria o palco com outra, dessa vez no Oriente Médio. O conflito em Gaza, embora de origens mais remotas, reforçava a divergência entre EUA e China e a militarização do espaço partido. O cruel e sanguinário atentado realizado pelo Hamas em outubro de 2023, matando mais de 1.200 cidadãos israelenses e estrangeiros, a maior parte civis, entre os quais se contavam crianças, além da captura de 200 reféns, desencadeou uma reação absurda da parte de Israel, não por acaso governado pela extrema-direita. O Estado israelita ceifou até agora (maio de 2024) mais de 35 mil vidas palestinas, segundo o Escritório para a Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU.¹⁷ Somado às baixas na Ucrânia, o morticínio das duas frentes já abateu algo entre 150 mil e 200 mil pessoas.¹⁸

Diante do panorama desolador, respeitada a natural diversidade intelectual, disciplinar e metodológica que caracteriza o Grupo de Pesquisa Pensamento e Política no Brasil, associado ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic-USP), buscou-se localizar pontos nevrálgicos da situação, tarefa à qual se somaram colegas de outras instituições, aos quais agradecemos a significativa colaboração. Além de traçarem os contornos gerais do quadro contemporâneo, os artigos dão ênfase às consequências que trazem para as democracias latino-americanas (Parte 2) e aos instrumentos teóricos forjados na região para entender o complexo entrelaçamento entre política e economia, geopolítica e luta de classes (Parte 3), cuja compreensão torna-se cada vez mais urgente.

A empreitada contou com o apoio da Reitoria e da Editora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que publica a obra, possibilitando que dois pesquisadores viajassem aos Estados Unidos entre fevereiro e abril de 2024 de modo a observar *in loco* os desdobramentos do chamado Plano Biden. Agradecemos, igualmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que concedeu Bolsa de Pesquisa no Exterior a um dos pesquisadores, André Singer, para que realizasse levantamento em Londres, durante o primeiro semestre de 2023. Por fim, somos gratos à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), onde está sediado o Cenedic, a qual forneceu a infraestrutura básica para o funcionamento do grupo.

O volume abre com a tentativa de estabelecer balizas teóricas para a compreensão do rumo oferecido pelo governo Biden aos EUA a partir de 2021. Escrito pelos cientistas políticos André Singer e Hugo Fanton, o capítulo 1 levanta a hipótese de que a Casa Branca tenha se esforçado por construir o que os autores chamam, utilizando terminologia de inspiração gramsciana, de “novo americanismo”. Consiste em modelo inédito, que envolve reindustrialização com transição energética, apontando para a reconstrução da antiga classe trabalhadora, criando as bases de um Estado que, se não é de bem-estar social, procura dar conta das reivindicações mais imediatas das camadas médias e populares. Trata-se, segundo Riley e Brenner, de um “neoprogressivismo”, orientação distinta da que dominava o Partido Democrata até Barack Obama.¹⁹

No mencionado encontro do G-7, o programa norte-americano foi ampliado para os aliados da OCDE, isto é, o clube dos ricos. Se a convocação dos aliados dará certo ou não, só o tempo dirá. Seja como for, o novo americanismo não